



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO- UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU**

IOLÉ MIRELE SALES PEREIRA

**O racismo escolar vivenciado por mulheres negras: uma análise do livro
“Negras (In)Confidências – *Bullying*, não. Isto é Racismo.”**

**MARIANA
AGOSTO
2023**

IOLE MIRELE SALES PEREIRA

O racismo escolar vivenciado por mulheres negras: uma análise do livro "Negras (In)Confidências– Bullying, não. Isto é Racismo."

Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina EDU 171 - Seminário VII: Conclusão de curso, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Carla Sacramento
Professor da disciplina: Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos

**MARIANA
AGOSTO
2023**



FOLHA DE APROVAÇÃO

Iole Mirele Sales Pereira

O racismo escolar vivenciado por mulheres negras: uma análise do livro "Negras (In)Confidências - Bullying, não. Isto é Racismo"

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga

Aprovada em 2 de setembro de 2023

Membros da banca

Dra. Cristina Carla Sacramento - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Dra. Cristina Carla Sacramento, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Carla Sacramento, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/06/2024, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0718618** e o código CRC **36545E18**.

RESUMO

O presente trabalho analisa os relatos de mulheres negras sobre o racismo vivenciado no ambiente escolar, presentes no livro *Negras (In) Confidências – Bullying, não. Isto é Racismo*. Por meio da tecnologia de análise de conteúdo, buscou-se responder a seguinte questão: como o racismo afeta as mulheres negras nas suas trajetórias escolares? Como resultado, foi possível observar semelhanças em seus discursos que possibilitaram a criação de três categorias de análise para discussão e problematização do racismo no ambiente escolar, vivido por essas mulheres: (i) Processos de interdição nas apresentações escolares, em função de seu pertencimento étnico racial; (ii) Ausência de afeto e/ou atenção e silenciamento frente ao racismo vivenciadas pelas crianças negras por parte das professoras, alunos e funcionários e (iii) As crianças negras como alvos de xingamentos racistas.

Palavras-chave: Mulheres negras. Educação escolar. Racismo. Trajetórias escolares.

ABSTRACT

The present work aims to analyze racism in the school environment experienced by black women, present in the Book "Negras (In) Confidências – Bullying, não. Isto è Racismo." Using content analysis technology, we seek to answer the following question: how does racism affect black women in their school trajectories? As a result, it was possible to observe similarities in their speeches that enabled the creation of three categories of analysis for discussing and problematizing racism in the school environment experienced by these women: (i) Interdiction processes in school presentations, due to their racial ethnic belonging , (ii) Lack of affection and/or attention and silencing in the face of racism experienced by black children by teachers, students and staff, students and staff, (iii) Black children as targets of racist insults.

Keywords: Black Woman. Education. Racism. School Trajectories.

Sumário

1. Introdução	5
2. População negra e educação: da exclusão à inclusão	8
2.1 Mulheres negras e educação	11
3. Análise dos Relatos	12
3.1 Processos de interdição nas atividades escolares, em função do pertencimento étnico-racial	14
3.2 Ausência de afeto e/ou atenção e o silenciamento, frente ao racismo, vivenciado pelas crianças negras por parte das professoras, alunos e funcionários	18
3.3 As crianças negras como alvos de xingamentos racistas.	22
4. Considerações Finais	25
Livro analisado	26
Referências	26

1.Introdução

Por mais de 300 anos o Brasil utilizou mão de obra de povos africanos escravizados. Os negros eram tratados como mercadorias e não tinham acesso a direitos básicos que hoje em dia entendemos como fundamentais à dignidade humana de qualquer pessoa, como liberdade, saúde e moradia digna, por exemplo. Quando a Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, proibiu a escravização dos negros, estes se depararam com a liberdade, mas não houve por parte do Estado medidas para sua inserção na sociedade. Por consequência, continuaram às margens, sem trabalho e moradia dignas, sendo forçados a sobreviver em condições subalternas. Isso reiterou as desigualdades naquele período, decorrentes do racismo, que permanecem até os dias de hoje. Para Ribeiro (2019, p.5)

falar de racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema beneficiando economicamente por toda história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas.

Nesse sentido, Almeida (2019) afirma que a discriminação racial se refere aos diferentes modos de tratamentos de pessoas pertencentes a grupos raciais específicos. Sendo assim, podemos dizer que, no contexto brasileiro, são destinados a indígenas e negros. Para o autor, o racismo é algo muito mais complexo que um ato ou evento de violência explícita, uma vez que envolve a junção de discriminação e preconceito de forma sistêmica, construído por um processo histórico e político, que atribui vantagens sociais para determinada raça em desvantagem da outra. Ele define o racismo como

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (Almeida, p. 25)

Diante disso, até os dias atuais, pessoas negras encontram desvantagens em relação às pessoas brancas. Para Almeida (2019, p. 38), “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” . Em pesquisas mais recentes, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística - IBGE¹ evidencia-se que a situação das pessoas brancas é melhor em relação às pessoas pretas e pardas e indígenas. De acordo com Osório (2021, p. 7), os dados “Friamente, mostram que pessoas brancas têm mais renda, mais escolaridade, moradias mais salubres e seguras, têm mais de tudo que é bom, e menos de tudo que é ruim”.

O racismo está presente em todas as instituições sociais e no ambiente escolar não é diferente. As consequências do racismo na educação faz com que a trajetória de alunos negros seja mais difícil em relação aos alunos brancos. Dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2022, divulgados pelo IBGE mostram que, embora o analfabetismo esteja em queda nos últimos anos, a taxa de analfabetos entre pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade é de 7,4%, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas que é de 3,4%. Essa desvantagem é umas das evidências de como o racismo afeta a trajetória do aluno negro, tornando-a mais curta e ou dificultosa.

Durante toda a minha trajetória escolar, como mulher negra, não somente observei como recebi tratamento diferenciado por parte de professores, funcionários e estudantes, em relação aos alunos brancos. Ia além de xingamentos como “macaca”, “cabelo duro”, “king kong”, etc. Estava presente na falta de afeto, nos olhares, na falta de elogios, nas oportunidades de participar das apresentações de escola como protagonistas, de estar presente na lista que rodava entre os alunos de quem eram “as mais bonitas da sala”. Desde pequena, observava que as punições para os alunos negros que aprontavam na escola e as correções verbais aplicadas pelas professoras, eram muitos mais severas do que para os alunos brancos.

Na adolescência, estudei sobre o período de escravidão dos negros no Brasil e, a partir desse período, pude entender o que era o racismo, e o porquê de ter sido chamada de “macaca”, “cabelo duro” e outros xingamentos racistas ao longo da minha vida. Mas não foram aprofundadas outras vertentes que o racismo afeta na vida do negro, ou seja, como, de fato, o racismo estrutural funciona.

Foi em disciplinas cursadas na graduação em Pedagogia, em minha fase adulta, que fui mobilizada a pensar, a questionar, a entender sobre as questões raciais e de gênero, oportunizando a me reconhecer e me entender como mulher negra. Para Lélia Gonzalez (1984), no contexto brasileiro a mulher negra está situada em um duplo contexto que envolve racismo e sexismo. Nesse sentido, para a mulher negra, há uma junção de preconceitos

¹ Consultar pesquisa realizada pelo IBGE, focalizada nas desigualdades sociais por cor ou raça a partir de indicadores relacionados às condições de vida da população brasileira, tais como mercado de trabalho e distribuição de renda, condições de moradia, patrimônio e educação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=r> resultados. Acesso em: 17 jul. de 2023.

(racismo + machismo) destinada a ela, o que a coloca em situações de maior desigualdade de acesso e/ou permanência nas esferas sociais, como educação, saúde, cargos políticos, entre outras áreas.

Sendo a escola um dos primeiros ambientes socializadores fora do âmbito familiar, onde diversos sujeitos compartilham de suas crenças, ideologias e também preconceitos e as mazelas sociais existentes em nossa sociedade, torna-se ainda mais necessário estudar, discutir e combater o racismo neste espaço. E este não se manifesta apenas pelo discurso verbal, pois segundo Soares (2013, p.13) “muitas vezes o que comunica aquilo que a palavra não poderia dizer são os gestos, olhares, brincadeiras, ações que pronunciam um vasto repertório capaz de (re)produzir marcas subjetivas nas crianças em seu convívio escolar”. Desse modo, minha trajetória escolar, como mulher negra, orientou meu interesse a pesquisar sobre como o racismo afeta a trajetória escolar, sobretudo de mulheres negras.

As denúncias sobre a discriminação que os negros passavam na escola, realizadas pelo Movimento Negro, foram essenciais para a elaboração de políticas públicas educacionais. Isso resultou na criação da Lei nº 10.639/2003, ao determinar:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

A promulgação dessa lei é uma importante mudança na perspectiva educacional do Brasil. É uma forma dos currículos escolares da educação básica construírem um conhecimento positivo da cultura africana, pois assim os alunos terão acesso às contribuições histórico-culturais dos povos africanos na cultura brasileira e valorização da identidade negra. Porém, mesmo com a criação da lei, a escola ainda tem dificuldade em abordar as temáticas sobre a história e cultura afro-brasileira. Segundo Munanga (2005), a escola é uma das principais instituições responsáveis pela aprendizagem do racismo e também pela sua manifestação.

Neste sentido, o presente trabalho analisa os relatos de mulheres negras sobre o racismo vivenciado no ambiente escolar, presentes no livro *Negras (In) Confidências* –

Bullying, não. Isto é Racismo.”, das autoras Benilda Brito e Valdecir Nascimento. Lançado em 2013, o livro é uma coletânea de relatos feitos por mulheres negras, que evidenciam em suas memórias escolares situações racistas causadas por professores, alunos e funcionários. O livro é organizado em 17 relatos, incluindo das autoras. Cada relato vem com um título, o nome e uma pequena biografia em rodapé de sua respectiva autora. Partindo dos relatos dessas mulheres, podemos ver como o racismo se manifesta na prática: ações como xingamentos a respeito do seu tom de pele, seu cabelo e a impossibilidade de participar de atividades festivas escolares, por serem negras, são alguns exemplos. Pontuando alguns elementos em comum nos relatos, foi possível verificar situações semelhantes que possibilitaram a criação de quatro categorias para a análise, atreladas a referenciais da área, como Gomes (2002), Cavalleiro (1999), Dias (2015) e Trindade (2018).

Dessa forma, o presente trabalho está dividido da seguinte maneira: num primeiro momento faço uma revisão histórica sobre a população negra e educação a partir do século XIX, enfatizando, em seguida, as mulheres negras na educação atualmente, visto que o racismo e as desigualdades educacionais nas quais a mulher negra se encontra foram historicamente construídas e se perpetuam até os dias atuais. Em seguida, apresento a análise dos relatos, utilizando a metodologia de análise de conteúdo (Franco, 2008), divididos em categorias em diálogo com os referenciais teóricos da área. Ao final, são apresentadas algumas considerações.

2. População negra e educação: da exclusão à inclusão

A população brasileira é constituída por distintos povos, sendo eles os povos indígenas, que já compunham o território brasileiro, desde o século XVI, os povos africanos e imigrantes europeus (RIBEIRO, 2006). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2020, revelam que das 210.147.125 milhões de pessoas, 113.479.447 milhões, ou seja 54% da população no Brasil se considera negra. Entretanto, apesar da população negra ser maioria no país, esta se encontra em desvantagem em diversos setores sociais, entre eles no campo educacional. Este fato contraria a falsa concepção de que, por aqui, devido a mistura de raças, o Brasil seria como um paraíso racial (HOLANDA, 1936), onde negros e brancos convivem em harmonia e sem nenhum tipo de discriminação.

No que diz respeito à educação, há muito ela tem sido excludente e podemos constatar isso através de leis que, no passado, proibiam e/ou dificultavam o acesso da população escravizada na escola. No século XIX, por exemplo, a Lei de 1824 previa a

gratuidade do ensino primário para todos os cidadãos livres nascidos no Brasil, porém impossibilitava as crianças escravizadas de terem acesso a escola, pois segundo a Constituição de 1824, eram considerados cidadãos de direito:

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vieram estabelecer domicílio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Imperio, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brazil.

A lei de Instrução Primária de 1827 determinava que nas escolas de primeiras letras do Império, meninos e meninas estudassem em escolas separadas. Têm-se aqui a distinção na educação entre meninos e meninas que eram considerados livres, mas não havia na lei alusão a educação de meninos e meninas negras. A educação das meninas ofereciam aulas de prendas domésticas, como corte, costura e bordado. O currículo também era diferente, para as meninas a carga horária de ensino era menor, por exemplo na matemática, elas só poderiam aprender as quatro operações básicas. Com exceção das aulas de português e religião em que eram permitidos que ambos aprendessem o mesmo conteúdo.

Em 1854, o Decreto n.º 1.331, tornava gratuito o acesso das crianças a partir dos 7 anos às escolas primárias e secundárias. Contudo esse acesso era restrito às crianças que não portassem alguma doença, não estivessem vacinadas e as nascidas escravas, conforme trecho a seguir:

Art. 69. Não serão admitidos à matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padeceram moléstias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3º Os escravos.

Com o decreto da lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, que definia que os filhos de mulher escravizada, nascidos a partir da sua promulgação seriam considerados livres, as crianças negras poderiam frequentar a escola. Porém, estas mesmas crianças viviam em condições precárias, já que seus pais ainda eram escravizados. Muitas delas não possuíam sequer a vestimenta e os materiais escolares necessários que eram designados pela escola (CHAVES, 2017). Essas crianças, embora estivessem livres também tinham que trabalhar, já que a lei previa que poderiam prestar

serviços até os 21 anos de idade. Ou seja, diversos obstáculos lhe eram impostos para que o negro conseguisse de fato acessar a escola.

Ter conquistado o direito à educação, não garantia, de fato, o acesso e permanência. Além da falta de recursos, as crianças negras tinham que lidar com o racismo no ambiente escolar, como apresentado no trabalho realizado por Silva (2012) sobre a escola do professor Pretextato que atendia meninos pretos e pardos. Ao fazer o requerimento para a continuidade do funcionamento de sua escola, em 1856, em sua súplica, Pretextato fez uma crítica ao racismo das escolas da Corte, nas quais os meninos “pretos e pardos”, ou eram impedidos de frequentar ou, em frequentando, não recebiam “uma ampla instrução” porque eram pessoal e emocionalmente coagidos (SILVA, 2012, p.6).

A trajetória escolar da criança negra, historicamente, é baseada em desigualdade, preconceito e racismo, que antes vivenciados por seus antepassados, ainda se perpetua nos dias atuais. Se no passado as leis dificultavam o acesso e a permanência do negro na educação, atualmente, têm-se leis que decretam o acesso de todos à educação pública. Neste sentido, destaca-se a Constituição Federal de 1988, que estabelece:

Art. 205. A educação, **direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988. Grifos meus.)

Além disso, o artigo 206 da Constituição declara que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios de igualdade e permanência no acesso à escola (BRASIL,1988). Diante destes decretos, pode-se considerar que a Constituição de 1988 considera que todos os cidadãos brasileiros tenham acesso à educação, independente de qual seja sua raça e etnia. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 20 de dezembro de 1996, também busca assegurar que todos tenham acesso e permanência na educação. Cabe ainda reconhecer a importância da Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade, aos currículos escolares, do estudo da história e cultura afro-brasileira, atualizada pela Lei nº 11.645/ 2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio e a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas que reserva em Universidades e Institutos Federais vagas para estudantes de escola pública, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

No que tange a situação da mulher, os índices educacionais atuais mostram as desigualdades enfrentadas por meninas e mulheres negras no campo educacional em diferentes níveis, que serão discutidos em seguida.

2.1 Mulheres negras e educação

Como anteriormente vimos, o acesso à educação pela população negra foi, historicamente, marcado por desigualdades e pesquisas mais recentes mostram que essas desigualdades ainda permanecem. Em relação às mulheres negras, os dados mostram que embora elas encontrem maior desvantagem na educação básica, apresentam avanços no ingresso ao ensino superior.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE (2019), traz dados educacionais que apontam as desigualdades de gênero e raça. Neste estudo, tem-se também um olhar atento em relação às mulheres negras na educação. Os apontamentos trazem dados da educação básica e do ensino superior, nos ajudando a entender a situação da mulher negra na educação brasileira.

Um primeiro elemento a ser considerado é o fato de que a universalidade de acesso à educação no Brasil restringe-se às matrículas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, mais precisamente entre 6 a 10 anos. Entretanto, temos um afunilamento quando falamos da permanência, frequência e progressão de negros e negras nas escolas que começam a partir dos níveis mais altos.

O PNAD Contínua traz a crescente escolarização de mulheres negras: no que diz respeito à escolarização das mulheres, as brancas e negras, 51% delas completaram o Ensino Médio, em relação aos homens, cujo percentual é de 46,3%. Quando consideramos apenas as mulheres vê-se a diferença entre mulheres brancas e negras, pois entre as primeiras 67,6% concluem esta etapa educacional, em relação a 81,6% das brancas .

A partir do ensino superior , embora esteja crescente a entrada de negros, fato que podemos atribuir também as ações afirmativas, as taxas ainda apontam desigualdades entre negros e brancos. Os dados apontam que entre os anos de 2016 a 2019², houve uma crescente de 5,1% no ingresso de negros na educação superior.

Não obstante, essa disparidade se estende ao ingresso de pessoas negras na universidade, mesmo que o número de ingressantes não brancos tenha aumentado através das ações afirmativas, a grande maioria das mulheres negras se encontra em cursos voltados ao cuidado e à assistência como enfermagem e assistência social. O Censo da Educação Superior, realizado pelo Inep, traz o aumento gradativo de mulheres negras. No ano de 2019,

² Utilizei os dados referentes até 2019, visto que nos anos posteriores o levantamento de dados foi interrompido em virtude das restrições causadas pela pandemia de Covid-19.

do total de vagas, 57% eram ocupadas por mulheres. Considerando esses 57%, as mulheres negras ocupavam 22% dessas vagas. Mesmo diante dessa discrepância, o aumento do ingresso da mulher negra muito se dá pelas ações afirmativas que visam a democratização na inclusão da população negra no ensino superior³.

3. Análise dos relatos

Os relatos que serão analisados a seguir, embora alguns tenham ocorrido nas décadas de 1970, 1980 e 1990, apontam para violências presentes no contexto escolar atual. São recorrentes, na mídia, notícias de racismo cometido na escola, como a aluna de 7 anos que foi xingada de “macaca preta” por um colega numa escola em Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro (G1)⁴. Outro caso que ficou conhecido foi do professor de uma escola em Belo Horizonte, que mandou a aluna negra de 11 anos prender seu cabelo cacheado pois, segundo ele, ela “parecia louca”(O Tempo). Como mulher negra, nascida na chamada geração Z, que são os nascidos entre a segunda metade da década de 1990 até 2010, eu também vivenciei situações semelhantes às relatadas por essas mulheres, e como elas, guardo lembranças dolorosas do racismo que vivi na escola.

É importante ressaltar que as mulheres, cujos relatos foram analisados, para este trabalho, romperam todas as barreiras que as mulheres negras enfrentam, e em sua maioria são formadas na área da educação e psicologia, e atuam frente a lutas antirracistas. Em todos os relatos presentes no livro, e nos dados apresentados em suas biografias, elas atuam, em sua maioria, na área da licenciatura e psicologia. De todas as 17 mulheres presentes, 11 atuam como educadoras e 1 como psicóloga.

De acordo com Gomes (2003, p. 170,) a escola é “uma instituição que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade”. Analisando os relatos dessas mulheres, podemos ver como o racismo se manifesta na prática: ações como xingamentos a respeito do seu tom de pele, seu cabelo e a impossibilidade de participar de atividades festivas escolares por serem negras, nos mostra que a questão racial na escola é muito complexa. Segundo Gomes (2002, p. 69)

³ Para maior compreensão da trajetória e ingresso da mulher negra no ensino superior ler PEREIRA, C. S.; PEREIRA, A. L.; POCAHY, F.

⁴Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/29/mae-de-menina-xingada-de-macaca-preta-na-escola-diz-que-nao-conseguiu-dormir-ao-saber-do-fato-so-chorava.ghtml>. Acesso em: 23 jul. de 2023

A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora. A escola é um espaço sócio-cultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as.

Isso implica dizer que o que se aprende na escola precisa ir além da questão conteudista, para envolver noções humanitárias, dentre elas o racismo existente em nossa sociedade. A construção das identidades e a participação que a cultura escolar tem neste processo, precisa de uma atenção pedagógica, pois há racismo no espaço escolar, nas representações (ou na falta delas) do que é ser negro, e também nas práticas pedagógicas.

Os relatos dessas mulheres presentes no livro, extraídos de suas memórias, nos permitem acessar o racismo no ambiente escolar vivido por elas no passado. Neste sentido, optei em não ocultar seus nomes nos trechos dos relatos aqui citados, visto que seus nomes não foram ocultados no livro, o que entendo como uma forma de dar voz ao que essas mulheres têm a dizer.

Cabe enfatizar que, mesmo que os relatos tenham sido extraídos das memórias dessas mulheres, segundo Le Goff e Pollak (2011, p.366) “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A memória retém fragmentos do passado, sempre sujeitos à reorganização que possa lhes dar coerência na narrativa, seja ela individual ou coletiva. Mas isso não inviabiliza a veracidade dos relatos, visto que, o racismo contra a população negra no país é algo real, que é comprovado por meio de diversos estudos, pesquisas e denúncias realizados por movimentos negros que evidenciam as desigualdades raciais no país, além das vivências que cada negro carrega. Nas próprias palavras de Benilda Brito “O racismo é uma violência que não vai sair da sua cabeça”(informação verbal)⁵.

Outro ponto a ser evidenciado é que, mesmo que essas mulheres relatem o que viveram em capítulos individuais nos livros, o que foi trazido por elas, por diversas vezes, são experiências que se assemelham, mesmo que em situações e lugares diferentes. Essa semelhança possibilitou a criação das categorias a seguir, que através de embasamento teórico, nos permite analisar e problematizar as situações racistas ali sinalizadas.

⁵ Fala da autora Benilda Brito em entrevista disponível em: Canal Preto. O racismo é perigoso na educação das crianças. YouTube, 1 de out. de 2019. Acesso em 24 de jul de 2023.

3.1 Processos de interdição nas atividades escolares, em função do pertencimento étnico-racial

Os relatos demonstram que as mulheres negras, quando crianças, encontravam dificuldades em participar das atividades escolares. Mesmo que houvesse interesse por parte delas, não conseguiam parceiros ou até mesmo eram impedidas. Nestas situações, observa-se o ambiente escolar como propagador do racismo, ao excluir as alunas negras das apresentações escolares, conforme demonstram os relatos a seguir:

Tinha muita vontade de representar Nossa Senhora na Semana Santa. Como é uma só criança por vez, demorava muito tempo e eu permanecia todo ano com o nome na lista. Certo ano, o padre resolveu fazer as "sete dores de Maria". Pensei logo que chegaria a minha vez, pois precisariam de sete moças e fui me inscrever. Mas a coordenadora disse que eu não poderia ser, pois era negra; só em outubro, na festa de Nossa Senhora Aparecida, eu poderia participar. Fui ao padre e perguntei se só por que era negra não poderia mesmo participar. O padre quis saber o que havia acontecido e eu contei. Então, ele chamou a coordenadora para conversar. Depois, ela me chamou, pediu desculpa e eu participei, mas não foi com o mesmo entusiasmo. Aliás, perdi meu sonho ... Eu fui Nossa Senhora, assim. (Cláudia Nascimento, p.25)

Não eram todas as meninas que queriam representar, mas eu queria tudo. Bastava mandar, levantar a mão, e eu levantava. Lá ia eu. "Levanta a mão"... e eu levantava, mas quando chegava a hora, falavam que eu não podia. Certa vez chegaram a dizer: "Não, Amariles, você não pode. Você é azul". (Amariles Rodrigues, p.30)

Diante do que foi exposto acima, tem-se no relato de Cláudia Nascimento, que a coordenadora lhe sugeriu que, ao invés de ser Maria, que sempre é retratada como uma mulher branca, fosse a Nossa Senhora de Aparecida, que sempre é retratada como uma mulher preta retinta. Já Amariles Rodrigues, relata que foi chamada de "azul", que é uma cor usada, em tom racista, para se referir a pessoas negras retintas.

Outros relatos trazem situações em que estas mulheres negras não puderam ser a "Rainha do Milho", que é uma personagem comum em festas juninas. Nas escolas, é comum ser eleita a Rainha do Milho a aluna que mais vender cupons ou cartelas. Mas o que as mulheres negras nos trazem é que, mesmo que elas cumprissem o requisito, vendendo a maior quantidade de cupons, não preenchiam o "ideal" para ser a rainha:

Consegui vender o maior número de cupons e tinha certeza de que naquele ano a coisa ia ser diferente. Turma reunida, apuração, e a nossa sala foi a que mais vendeu cupons, portanto, podíamos escolher a "Rainha do Milho". (...)

Fui logo me apresentando. Vendi mais e queria o lugar. Recebi uma sonora gargalhada da turma e eles diziam: Lúgia, Rainha do Milho? Só se for do Milho Queimado, com esse cabelo e pretinha. Com certeza se queimou na fogueira. (Lúgia Margarida, p.77)

Certa vez, ainda no curso primário, perguntei à professora por que não podia ser a Rainha do Milho? A professora disse-me que a Rainha do Milho tinha os fios do cabelo e a pele da cor do milho. Olhei para minhas colegas e vi que nenhuma tinha os cabelos e pele da cor do milho, inclusive quem foi escolhida para Rainha do Milho. Fiquei confusa, a colega de sala escolhida pela professora para Rainha do Milho tinha a pele clara e os cabelos alisados e não eram da cor do milho. Houve uma época em que a Rainha do Milho era a menina que vendesse mais cartela para a festa de São João. Consegui vender mais que todas as colegas da turma, mas não fui a Rainha do Milho. (Janice de Sena Nicolin, p.88)

Diante disso, podemos problematizar esses relatos a partir do colorismo. O termo colorismo foi criado em 1982 pela escritora negra estadunidense Alice Walker, em seu livro *If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?* O colorismo, de maneira geral, parte do pressuposto de que quanto mais retinta a pele da pessoa, mais discriminação e exclusão ela irá sofrer. No contexto brasileiro, devido à mestiçagem aqui presente, levanta-se várias dúvidas a respeito da própria raça. Para Carneiro (2011, p. 66)

a miscigenação tem constituído um instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o “branco da terra”, oferecendo aos intermediários o benefício simbólico de estar mais próximos do ideal humano, o branco. Isso tem impactado particularmente os negros brasileiros, em função de tal imaginário social, que indica uma suposta melhor aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros, o que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras ou seus descendentes miscigenados adotam para se definir racialmente, tais como moreno-escuro, moreno-claro, moreno-jambo, marrom-bombom, mulato, mestiço, caboclo, mameluco, cafuzo, ou seja, confusos, de tal maneira que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE: pardo!

Nessa linha, o IBGE classifica os brasileiros em 4 grupos, definidos por cor/raça: brancos, negros, indígenas e amarelos. Entre negros, incluem-se pretos e pardos e amarelos são os descendentes de asiáticos. A miscigenação no Brasil, ocorreu como uma tentativa de branquear a população, apagando os traços fenotípicos dos negros. O que se resultou disso foram pessoas consideradas “pardas” que, embora possuam menos melanina, ainda têm seu fenótipo racial negro. Isso não quer dizer que elas também não são vítimas da discriminação,

mas por possuírem traços mais “embranquecidos”, pardos se tornam mais “aceitáveis” que negros de pele mais retinta⁶.

Essa percepção da identidade “aceitável” do negro, se manifesta nos relatos acima, visto que serem negras retintas, que as tornam mas próximas da negritude, é motivo de serem impedidas de participar das atividades.

Nesses relatos, vê-se que as meninas não contemplavam o que a escola idealizava como a rainha do milho, não preenchendo os requisitos físicos, ou seja, ser branca e loira, como argumentado por uma professora. Isso nos mostra um ideal de beleza baseado em padrões eurocêtricos, que coloca o branco como ideal, excluindo a diversidade dos demais alunos, o que contradiz a realidade de um país cuja população é miscigenada, ou como os dados do IBGE trazem, majoritariamente negra. Diante disso podemos pensar no que, segundo Gomes, vem de uma construção histórica de uma identidade negativa do corpo negro. Para a autora,

Durante séculos de escravidão, a perversidade do regime escravista materializou-se na forma como o corpo negro era visto e tratado. A diferença impressa nesse mesmo corpo pela cor da pele e pelos demais sinais diacríticos serviu como mais um argumento para justificar a colonização e encobrir intencionalidades econômicas e políticas. Foi a comparação dos sinais do corpo negro (como o nariz, a boca, a cor da pele e o tipo de cabelo) com os do branco europeu e colonizador que, naquele contexto, serviu de argumento para a formulação de um padrão de beleza e de fealdade que nos persegue até os dias atuais. (GOMES, 2002, p.42)

Diante desses relatos, podemos dizer que o ambiente escolar é também responsável por propagar discursos e práticas que primam pela brancura. Para Carneiro (2011, p. 70) “Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade.”

No relato de Ângela Lemos da Cruz (p.61), ela destaca que mesmo quando queria participar da quadrilha, tinha dificuldades em achar um par: “E quando chegava a época de quadrilha?! Ninguém queria dançar comigo. E eu era doida com a festa. Sempre dançava com quem sobrava e só sobravam meninas e eu querendo dançar com os meninos, assim como as outras meninas.” .

⁶ Para uma maior compreensão da complexidade da miscigenação, ler o artigo Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil, Rodrigues (2022) .

Diante do que foi trazido por Ângela Lemos da Cruz, vejo a necessidade de escrever sobre algo semelhante que ocorreu comigo. Quando criança, queria muito participar das atividades de danças e tinha dificuldades em achar um par. Era frequente não ter com quem dançar, pois os meninos iam direto escolher as meninas vistas como as “mais bonitas da sala” (sempre as brancas, e eu como preta, não era vista como bonita). Quando conseguia um par, eram às vezes em que a própria professora escolhia os parceiros, baseado no tamanho das crianças. Assim as meninas menores dançavam com os meninos menores, e assim por diante. Eles até dançavam comigo, mas de má vontade, mal pegavam na minha mão nas coreografias. Inclusive, já ocorreu de no dia da apresentação, o par de uma das meninas “bonitas” faltar e meu par simplesmente deixar de dançar comigo pra dançar com ela. Após esse dia, decidi não mais participar das apresentações da escola.

Perante esses relatos, podemos concluir que “a intersecção raça e gênero tornam os efeitos do racismo ainda mais cruéis. O padrão de beleza exigido frente à estética dominante de cor da pele, textura dos cabelos, beleza e peso, também atravessam o contexto escolar e resultam no aumento do sofrimento para as meninas negras” (Moreira-Primo; França, 2020, p. 188). Assim, o que deveria ser apenas uma apresentação ou concurso escolar, torna-se uma experiência traumática, em que a menina negra internaliza de forma negativa a sua identidade negra, pois sabe que seus traços negros são o motivo de serem discriminadas.

3.2 Ausência de afeto e/ou atenção e o silenciamento, frente ao racismo, vivenciado pelas crianças negras por parte das professoras, alunos e funcionários

O racismo também se manifesta quando a atenção e afetividade são direcionadas apenas às crianças brancas, “porque faz uma distinção a partir de caracteres identitários para beneficiar uma criança em detrimento de outra” (Dias, 2015, p. 582). Essa discriminação poder ser observada nos relatos a seguir

Minha mãe fazia penteados lindos com tranças, coques e cachos. Nenhuma professora me elogiava pelos penteados, era como se não me vissem. Entendi depois de muito tempo que eu era invisível. Por não ser branca, não aparecia; por ser calada, não era percebida. Amocambava-me em minha solidão.” (Patricia Maria de Souza Santana, p.27)

Eu percebia que a professora era mais atenciosa com outras meninas e meninos. Ela até passava a mão nos cabelos delas, mas eu nunca experimentei esta sensação vinda da professora. Será que ela pensava que meu cabelo espetava?... (Ariane Celestino Meireles, p.70)

Além do carinho e do toque, por parte das professoras, não serem direcionadas às crianças negras, aparece nos relatos que as crianças brancas eram selecionadas para serem ajudantes das professoras, enquanto que as meninas negras nunca eram chamadas:

As professoras me ignoravam completamente, tanto que nem me lembro delas, não guardei nome e nem tenho carinho por nenhuma. Elas foram omissas, mesmo quando não incentivavam ou exerciam o racismo. Tinha uma professora que não sei o nome e nem me lembro da fisionomia dela, que toda semana escolhia por fileira um aluno ou aluna que ficaria responsável por vigiar as outras crianças e olhar se fizemos as tarefas. Ficava torcendo para chegar minha vez. Bom, estou esperando até hoje. Sempre quando chegava minha vez, eu era pulada. (Ângela Lemos da Cruz, p.62)

Nessa escola, as crianças brancas eram minoria, mas não eram agredidas pelas crianças negras; pelo contrário, elas eram bem acolhidas quando chegavam, eram as preferidas das professoras e coleguinhas, sentavam-se geralmente, nas carteiras da frente, ajudavam as professoras nas tarefas e eram sempre as escolhidas para serem rainhas do milho, pois anualmente ganhavam a eleição como sendo as mais bonitas de toda a escola. Essa foi outra lição aprendida. (Denise Ribeiro, p. 66)

É comum no ensino fundamental I, as professoras selecionarem um aluno para ser seu ajudante do dia. Essa prática desenvolve no aluno habilidades como senso de cooperação e responsabilidade, além de propiciar na criança um senso de valorização e de aproximação do docente. Quando se é impedido de ser ajudante da professora, isso pode causar na criança senso de desvalorização e exclusão. O contato físico, o afeto e atenção são importantes para a fase da infância, pois os vínculos sociais, feitos de forma positiva, ajudam no desenvolvimento delas.

Quando Denise Ribeiro relata que as crianças brancas eram bem acolhidas quando chegavam na escola, nos traz um elemento importante a ser problematizado, e que a pesquisa de Dias (2015) aponta como “bebê Johnson”. Na pesquisa, realizada em uma escola de educação infantil, a fala de uma das professoras, ao relatar sobre a discriminação racial ocorrida em seu trabalho, traz o seguinte exemplo:

Quando aparece um bebê Johnson na escola, todo mundo [diz]; – aí que lindo! Um bebê Johnson que eu falo é um menino loiro, de olho azul, bem gordo. Gordinho, bem fofo. Então esse bebê passeia pela escola inteira. Ele passeia com a monitora do outro setor, com a diretora. Como sente a criança que nunca sai? (Educadora Aminata, de Campinas - entrevista concedida em 12/09/06)

Johnson é uma marca de produtos de higiene para bebês. Nas suas propagandas frequentemente aparecem bebês brancos, loiros e de olhos claros, características essas que são baseadas em padrões eurocêtricos. As crianças que possuem tais características, segundo relatado pela professora, são os bebês preferidos pelos profissionais a receber carinho, atenção, colo e elogios. Para Dias (2015, p.589)

Quando um bebê branco de olhos azuis passeia pela creche e todas as educadoras querem tê-lo nos braços, ele está compreendendo bastante bem a mensagem que lhe estão dirigindo. Ele sabe que é bem quisto, que agrada, portanto, constrói uma imagem de si mesmo de quem é bom, é amado, tem poder. Ao mesmo tempo em que as professoras estão dizendo isso para o bebê branco, elas estão dizendo a um bebê negro, você não é bem quisto, não é bom, não é querido, é inferior.

Quando a criança branca recebe mais atenção que as demais pelos professores, nos revela também como a ideia do branco como ideal de beleza está permeado no imaginário brasileiro. Assim a criança branca é sempre reafirmada como bela e querida, ao mesmo tempo em que a criança negra entende que ele não é belo e querido. Este modelo de beleza, tão exaltado pelas professoras, pode levar a criança não branca ao desejo de possuir essa estética (CAVALLEIRO, 1999), o que é prejudicial para a formação da sua identidade.

Observa-se nesses relatos que as crianças brancas são tratadas mais positivamente ao receberem mais carinho, elogios e atenção. Aos alunos negros são direcionadas atitudes mais negativas como invisibilização, exclusão, falta de afeto e não valorização. O professor ocupa uma posição de contato direto com as crianças. Essa posição do professor o coloca como um importante agente na trajetória dos alunos, podendo ser ele um colaborador na manutenção das desigualdades raciais ou um agente que pode contribuir para o combate a essas desigualdades.

Ao mesmo tempo, os relatos evidenciam que os alunos também são responsáveis por praticar a exclusão das alunas negras, como afirma Ângela Lemos da Cruz (p. 61):

A menina desinibida foi morrendo aos poucos. Comecei a ter dificuldade de interagir com outras crianças. Já não conseguia fazer amizades facilmente. Ninguém queria brincar comigo no recreio. Aí arrumei uma estratégia. Além do lanche que levava de casa, meu pai dava dinheiro para comprar alguma coisa na cantina. Eu comprava tudo em bala para distribuir para os colegas, na esperança de conquistá-los. Realmente na hora ficava rodeada de meninos e meninas. Mas, assim que pegavam as balas, afastavam-se de mim” (Ângela Lemos da Cruz, p.61).

O relato de Ângela Lemos da Cruz, em que os alunos só davam atenção quando ela distribuía balas e em seguida a ignoravam, nos traz uma reflexão de que as crianças acabam reproduzindo aquilo que aprendem com os adultos. Há que se questionar a forma como as interações sociais estão sendo mobilizadas junto às crianças. As atitudes verbais e não verbais feitas pelos adultos servem como exemplo para as crianças, ou seja, se o adulto tiver tratamentos diferenciados com os alunos, estes passarão a reproduzir essas mesmas atitudes.

Os relatos trazem também, que na escola, quando essas meninas sofriam racismo, nenhuma medida era realizada. Segundo Cavalleiro (1999, p. 47)

O silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo silêncio que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola. Nela, de modo silencioso ocorrem situações que podem influenciar a socialização das crianças, mostrando-lhes, infelizmente, diferentes lugares sociais para pessoas brancas e negras.

Nesse sentido, vejamos o relato de Ângela Lemo da Cruz sobre as situações pelas quais passava e que eram silenciadas pelas professoras:

Tinha uma colega, Soraya, que quando era a vez dela, pegava meu caderno e dizia que estava feio e mostrava para todo mundo. Todo mundo ria. A professora? Silêncio total. Aliás, Soraya só repetia o que as professoras faziam comigo.(Ângela Lemo da Cruz, p.63. Grifos meus.)

Ela relata que suas irmãs também sofriam em silêncio com o racismo na escola:

Um episódio que marcou demais e todas as vezes que me lembro a dor volta, foi quando vi minha irmã Dag ser humilhada também. Vi os colegas dela pegando sua pasta escolar e jogando de um para outro. Ela no meio, desesperada querendo pegar a pasta de volta. E os meninos rindo e chamando o cabelo dela de ninho de passarinho. Assisti a tudo e fiquei mobilizada, não consegui ajudá-la. Nós não comentávamos em casa sobre o que sofriamos na escola. Mas, naquele dia descobri que todos os meus irmãos sofriam a mesma coisa.(...) Com a minha outra irmã, Fausta, foi pior ainda, porque ela é um pouco mais clara que a gente, e foi considerada a branquinha. Imagino que por isso viveu grandes conflitos. Só ficamos sabendo que ela também sofreu racismo há pouco tempo. Ela relata que tinha vergonha, chamava-a de beijola, cabelo fedido. A gente sempre achou que ela era muito tímida. Na realidade era uma criança solitária. Ninguém na escola queria brincar com ela. Fausta com isso teve dificuldade na escola. Quando teve a primeira paixão nessa escola, as colegas correram para contar ao menino e esse chegou para ela e disse: *Eco!*” (p.63)

O silêncio das professoras e da escola frente ao racismo vivenciado por essas alunas, facilita o desenvolvimento do preconceito e a ocorrência da discriminação no processo escolar

(CAVALLEIRO, 1999). Engana-se quem pensa que a criança não entende o preconceito. Pelo contrário, a criança sente, sofre, seu corpo fica marcado, com a discriminação e com a omissão, com o silêncio conivente, com a falta de acolhida do adulto que ela tem como referência no momento (TRINDADE, 2018). O silêncio é também uma forma insensível de tratar e oprimir a criança negra, que se encontra sozinha nestas situações ao que, segundo Trindade (2005, p. 31), “estas, ao serem discriminadas, ficam acuadas, envergonhadas, inibidas em denunciar”.

Como já mencionado, a escola é um reflexo da sociedade e é no ambiente escolar que se manifestam também os preconceitos existentes. O silenciamento frente ao racismo no ambiente escolar só nos reforça que é mais do que urgente a discussão, problematização e medidas de combate ao racismo, dentro e fora da escola. O silêncio inclusive é um dos meios de perpetuar as práticas racistas, levando à naturalização de tais falas e atitudes.

Em um país racista como o Brasil, é sempre necessário estarmos cientes das discriminações que ocorrem na escola desde os anos iniciais da fase escolar. É problemática a omissão nas questões étnico-raciais na escola. É sempre necessário que o racismo seja discutido neste ambiente para se criar indivíduos críticos, que cientes das discriminações e desigualdades raciais, possam agir frente ao racismo dentro e fora da escola.

3.3 As crianças negras como alvos de xingamentos racistas

Nos relatos apresentados neste tópico, vê-se a recorrência de xingamentos racistas direcionados às alunas negras. Termos como “macaca” e “nega do cabelo duro”, são alguns dos termos racistas utilizados para ofendê-las. Esses xingamentos, bem como a falta de uma representação positiva da população negra, podem causar danos psicológicos a elas, bem como danos à autoimagem e à autoestima. Para Cavalleiro (1999), as experiências de vida na escola marcam os alunos, condicionando as crianças negras ao fracasso, à submissão e ao medo. Vejamos o relato abaixo:

Todos os anos as minhas colegas e meus colegas iam aprimorando a maneira de me xingar, me reduzir a nada. Tinha um menino que liderava a turma para mexer comigo. Era um menino loirinho cujo nome não esqueço: Luís Flávio. Quando ele aparecia, tremia de terror. Ele inventou uma música que cantava todos os dias assim que eu entrava na escola. [...]A música nunca esqueci também, pois ouvia todos os dias: Negra preta do sovaco fedorento, bate a bunda no cimento para ganhar mil e quinhentos. A música colou e virou meu hino de boas-vindas. Um pesadelo. E não tinha ninguém para me salvar, nenhuma professora. Sofria sozinha. (...) Eu tinha horror ao dia 13 de maio porque eu sabia que os professores falariam sobre mim. Os professores

passavam uma ideia muito ruim sobre minha raça. Os colegas olhavam logo para mim. E quando chegava aquele dia parecia que era pior. Era como se ganhassem força para me chamarem de macaca, fedorenta, cabelo duro. Minha autoestima foi para o buraco. (Ângela Lemos da Cruz, p.61)

O relato de Ângela Lemos da Cruz traz uma problemática presente na ambiente escolar, quando se trabalha sobre o negro apenas em datas comemorativas: o dia da Abolição da Escravidão, comemorado no dia 13 de maio e o dia da Consciência Negra, comemorado dia 20 de novembro, data esta que também coincide com o dia nacional do Zumbi. De acordo com Munanga (2005), o racismo se concretiza nas datas comemorativas pois são os únicos dias do ano letivo escolar para se falar da história da população negra, muitas vezes resumida ao período da escravidão. Nesse sentido, as contribuições históricas e culturais dos povos negros ficam ausentes ou, quando feitas, são pouco exploradas, estigmatizando a visão do negro à inferioridade.

Cabe enfatizar que no Brasil o racismo é crime, previsto na Lei 7.716/1989, que foi elaborada para regulamentar a punição de atos de preconceito de raça ou de cor. Além disso, desde o dia 12 de janeiro de 2023, o crime de injúria racial passou a ser equiparado ao de racismo.

Neste sentido, os relatos trazidos por essas mulheres constam como racismo, visto que, nas próprias palavras de uma das autoras e organizadoras do livro Benilda Brito (2019), “Enquanto o *bullying* te descaracteriza, o racismo te desumaniza!”. Assim, os apelidos pejorativos presentes nos relatos, e reproduzidos abaixo, são usados como forma de retirar o sentimento de humanidade delas:

A professora havia saído da sala e as crianças estavam fazendo uma bagunça danada. Gritavam, atiravam bolinhas de papel, corriam pela sala... uma bagunça mesmo! Eu decidi sair da minha carteira e me sentei na janela da sala para ver a bagunça da criançada. Fiquei sentada de costas para o corredor e não vi quando a diretora passou por trás de mim. As crianças perceberam a aproximação da dona Zélia e sentaram-se rapidinho. Eu nem tive tempo de correr para a minha carteira, quando a dona Zélia chegou à porta e gritou: Eu sabia que esta bagunça tinha que ser desta macaca! Olha só onde ela está pendurada! (Ariane Celestino Meireles, p.70)

Mesmo assim, não foi fácil lidar com os apelidos na escola: "cabelo de bagaço de dendê" porque era crespo e com os fios naturalmente "alourados"; "nega do cabelo duro" por ser crespo; "vara de tirar caju" porque era magra alta; "nega tibufu" relacionado à cor da pele preta; "beijo de mula" devido aos lábios grossos. Tudo isto acontecia cotidianamente, diante dos olhos de quem fazia a vigilância da "moral e bons costumes" da escola: professores,

vice-diretores e sensoristas". Os apelidos racistas e de discriminação negativa pareciam algo da "normalidade" escolar. (Janice de Sena Nicolin, p.88)

E assim começou um novo ano na escola, e logo iniciaram os apelidos e musiquinhas dos coleguinhos, coisas como estas: Nega preta do bozó, toma banho e não lava o pé; Nega do cabelo duro; Trança de tolete de cocô; Saci Pererê; Tia Anastácia. (Eva Bahia, p.105)

Têm-se aqui formas violentas de desumanizar as meninas negras, as chamando de “macaca”, “saci-pererê”, “vara de tirar caju”, “beijo de mula”. Os relatos apresentam também a inferiorização dos seus traços negros, ao terem seus cabelos crespos e tom de pele usados como forma de ofensa, como “cabelo de bagaço de dendê”, “nega do cabelo duro”, “nega tibufu”. Esses xingamentos expressam, a partir de estratégias de humilhação, a forma como o cabelo e a pele negra são vistos com inferioridade. Para Gomes (2002, p. 45) “esses apelidos recebidos na escola marcam a história de vida dos negros. São, talvez, as primeiras experiências públicas de rejeição do corpo vividas na infância e adolescência”.

Em outro relato, Nadia Cardoso revela como se sentia excluída por ser uma aluna negra em meio a uma escola da elite da cidade em que morava, na qual era sempre chamada de feia pelos colegas:

No primeiro ano de estudo nessa escola, uma colega, que era filha do professor de Educação Física, conversando com outra coleguinha disse: "Meu pai nasceu em Salvador". Como estava perto da conversa, comentei também nasci em Salvador". Minha colega reagiu imediatamente: "Mas ele não é feio como você!" Calei-me e me recolhi à minha insignificância, pois, no fundo concordava com ela: eu era feia, pobre, negra. (Nadia Cardoso, p. 116)

Nadia cardoso (p. 118) traz outro relato a respeito:

Na caminhada de volta para casa, as crianças olhavam para mim e diziam: "Olha como ela é feia!" Ora, se lindas eram as meninas brancas, de cabelos lisos e longos, logo, eu era feia por ser negra, ter cabelo "duro" e usar roupas e sapatos que não eram novos e não estavam na moda.

O relato de Nádía Cardoso traz a internalização da inferioridade que atinge a construção da identidade racial das crianças negras de forma muito preocupante. Para Silva (2005, p. 23)

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos.

Na pesquisa de Cavalleiro (1999), quando a escola reproduz o racismo, a criança internaliza negativamente a construção da sua identidade. Ela identificou que isso surgia devido ao espaço discriminatório que tornavam as crianças negras alvos de apelidos e palavras depreciativas por parte dos alunos brancos e professoras também. Com isso, a criança negra pode passar a recusar seu pertencimento étnico e passar a admirar e desejar a estética branca.

4. Considerações finais

Este trabalho buscou analisar relatos do racismo vivenciado por mulheres negras presentes no livro “Negras (in)confidências: Bullying, não. Isto é racismo”. Neste estudo, busquei analisar, sobretudo, o que os relatos apresentavam em comum.

Os fortes relatos presentes no livro nos mostram como o racismo escolar contra mulheres negras ocorre, na prática, e seus efeitos nas vítimas. As situações relatadas podem até parecer “coisas da cabeça” ou vitimismo para uns, mas a verdade é que fazem parte da discriminação racial existente em nosso país. Esses relatos mostram que o racismo vai além de xingamentos como “macaca” e “nega do cabelo duro”, pois se manifesta na falta de afeto às crianças negras, na falta de construção de uma identidade negra positiva às meninas negras e no silenciamento frente ao racismo.

O racismo escolar afeta as mulheres negras, tornando a sua trajetória mais dificultosa em relação às pessoas brancas. Sendo resultado do racismo construído histórica e culturalmente, que está estruturado na nossa sociedade, o ambiente escolar não é um campo apenas de aprender conteúdo, é um espaço de interações sociais. O racismo está presente nestas interações, promovidas por todos que compõem o espaço escolar: alunos, corpo docente e direção.

Enfatizo que o ambiente escolar precisa motivar a criança a ter conhecimento da sua identidade não apenas nas datas comemorativas, a escola precisa refletir também sobre a realidade cotidiana vivenciada pelos alunos e alunas negros, para promover práticas antirracistas efetivas.

O professor na sua formação e atuação também carrega consigo concepções e ideologias, crenças e preconceitos que aprendeu ao longo da vida. Isso o torna também um reprodutor de práticas racistas, pois já carrega consigo uma visão estereotipada a respeito dos alunos negros. É vital que a formação docente contemple mais que um entendimento acadêmico, mas que abranja noções humanitárias, de respeito às diversidades e combates aos preconceitos existentes. De acordo com Munanga (2005, p. 15) “A formação e informação são vetores essenciais para o combate do racismo, o qual se instalou em todos os âmbitos de nossa sociedade, e especificamente no âmbito educacional, que tem sido tão prejudicial e nocivo à população negra”.

É mais que urgente que o espaço educacional possibilite que as mulheres negras possam construir sua autoimagem de maneira positiva, que não objetifique e ou animalize seus corpos. Que seu tom de pele, seu cabelo sejam características que elas possam se orgulhar. Que elas olhem para si mesmas e vejam a beleza e tenham orgulho de serem negras.

Embora as mulheres presentes no livro relatem o racismo vivenciado por elas em suas trajetórias escolares, não interrompeu sua carreira escolar e acadêmica que, em sua maioria, atuam na área da educação e psicologia. Inclusive, algumas delas atuam também em movimentos antirracistas.

Finalizo enfatizando que esta é uma das várias possíveis análises que podem ser feitas, visto que o livro possui muitos elementos a serem analisados, que inclusive perpassa o ambiente escolar, envolvendo racismo e gênero, que demandam mais estudos e pesquisas.

Livro analisado

BRITO, B.; NASCIMENTO, V. **Negras (in)confidências: bullying não. Isto é racismo: mulheres negras contribuindo com as reflexões sobre a Lei 10639/03.** Belo Horizonte, Mg: Mazza Edições, 2013.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Ed. Jandaíra, 2019. 210 p. ISBN 9788598349749

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf . Acesso em: 28 de jul. de 2023.

BRASIL. **Decreto n. 4.835, de 1º de dezembro de 1871.** Aprova o regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 708-721, [1871].

BRASIL, **Lei nº 10.639, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal,[2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm . Acesso em: 28 jul. de 2023.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Rio de Janeiro [1827]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 28 de jul. de 2023.

CAMILO, J. V. **Professor de BH manda aluna prender cabelo cacheado: “parece uma louca”.** 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/professor-de-bh-manda-aluna-prender-cabelo-cacheado-parece-uma-louca-1.273494>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CANAL PRETO. **O racismo é perigoso na educação das crianças.** YouTube, 1 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KZGNu4NcWLS>. Acesso em jul. de 2023.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2011.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALLEIRO, E. **O Processo de Socialização na Educação infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão.** Journal of Human Growth and Development, v. 9, n. 2, 1999.

CAPARELLI, K. ; ALVES, L. **Menina é xingada de “macaca preta” na aula, e professora rebate aluno:** “Você só é um pouco mais claro e sabe que cor tem”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/27/menina-e-xingada-de-macaca-preta-na-aula-e-professora-rebate-aluno-voce-so-e-um-pouco-mais-claro-e-sabe-que-cor-tem.ghtml>>. Acesso em: 23 jul. de 2023

CHAVES, E.M. (2017). **Educação da população negra no Brasil:** dificuldades e mecanismos de resistência ao longo da história. Disponível em: <https://lemad.ffeilch.usp.br>. Acesso em: 1 ago, 2023.

DA SILVA, A. **A escola de Pretextato dos Passos e Silva:** questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. Revista Brasileira de História da Educação, v. 2, p. 145-166, 2012.

DE ALMEIDA, G.; ALVES, C. **Educação escolar de mulheres negras:** interdições históricas. Revista Educação em Questão, v. 41, n. 27, 2011.

DIAS, L. R. **Considerações para uma educação que promova a igualdade étnico-racial das crianças nas creches e pré-escolas.** Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 597–614, 2015. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1139>. Acesso em: 1 jul. 2023.

FRANCO, M. L. **Análise de conteúdo.** Brasília: Líber Livro, 2008.

GÓES, J. M. de. **Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil.** REVES - Revista Relações Sociais, v. 5, n. 4, p. 147, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revs/article/view/14741> . Acesso em: 7 ago. 2023.

GOMES, N. L. **Educação e Identidade Negra.** Revista de Estudos de Literatura, v. 9, p. 38–47. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>. Acesso em: 6 fev. 2023.

GOMES, N. L. **Educação, raça e gênero:** relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu, p. 67–82, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862>. Acesso em: 02 ago. 2023.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3040030&forceview=1%C2%A0>. Acesso em: 02 ago. 2023.

GABLER, L. **Lei do Ventre Livre.** Arquivo Nacional MAPA, 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/286-lei-do-ventre-livre> . Acesso em: 28 jul. de 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. *In:* IBGE. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica.** Brasília : 2 edição, 2021, p. 1-12. Disponível

em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf . Acesso em 02 de ago. de 2023

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003; LEVI, Primo.

MOREIRA-PRIMO, U.S.; FRANÇA, D. X. **Experiências de racismo em crianças: o que acontece no cotidiano escolar**. Revista Uniabeu, v. 13, n. 33, p. 24-44, 2020.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2a Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OSORIO, R. G. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Texto para Discussão, 2021.

PEREIRA, C. S.; PEREIRA, A. L.; POCAHY, F. **Mulheres negras no ensino superior: ressonâncias e(m) escrevivências**. Revista Inter-Ação, v. 46, n. 3, p. 1360-1377, 2021.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, L. “**Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil**”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 2, 2022.

SANTOS, I. *et al.* **O racismo como obstáculo ao rendimento escolar e à permanência das crianças negras nas escolas do ensino fundamental**. 2022.

SOARES, M. **Relações raciais e subjetividade de crianças em uma escola particular na cidade de Salvador**. 2014.

TRINDADE, A. **Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil**. Disponível em: <https://reaju.files.wordpress.com/2018/07/valores-civilizato3b3rios-afrobrasileiros-na-edu3a7c3a3o-infantil-azoilda-trindade.pdf>. Acesso em 12 jul. de 2023.